

RAINHA DO AGRESTE: DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.037-208>

Isadora Duarte da Silva

Mestrando em Geografia da Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (PPGE)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: isadoraduarte.prof@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7713165812522648>

Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador

Doutorado em Geografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: diego.salomao.salvador@ufrn.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5119-1888>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5656990960651016>

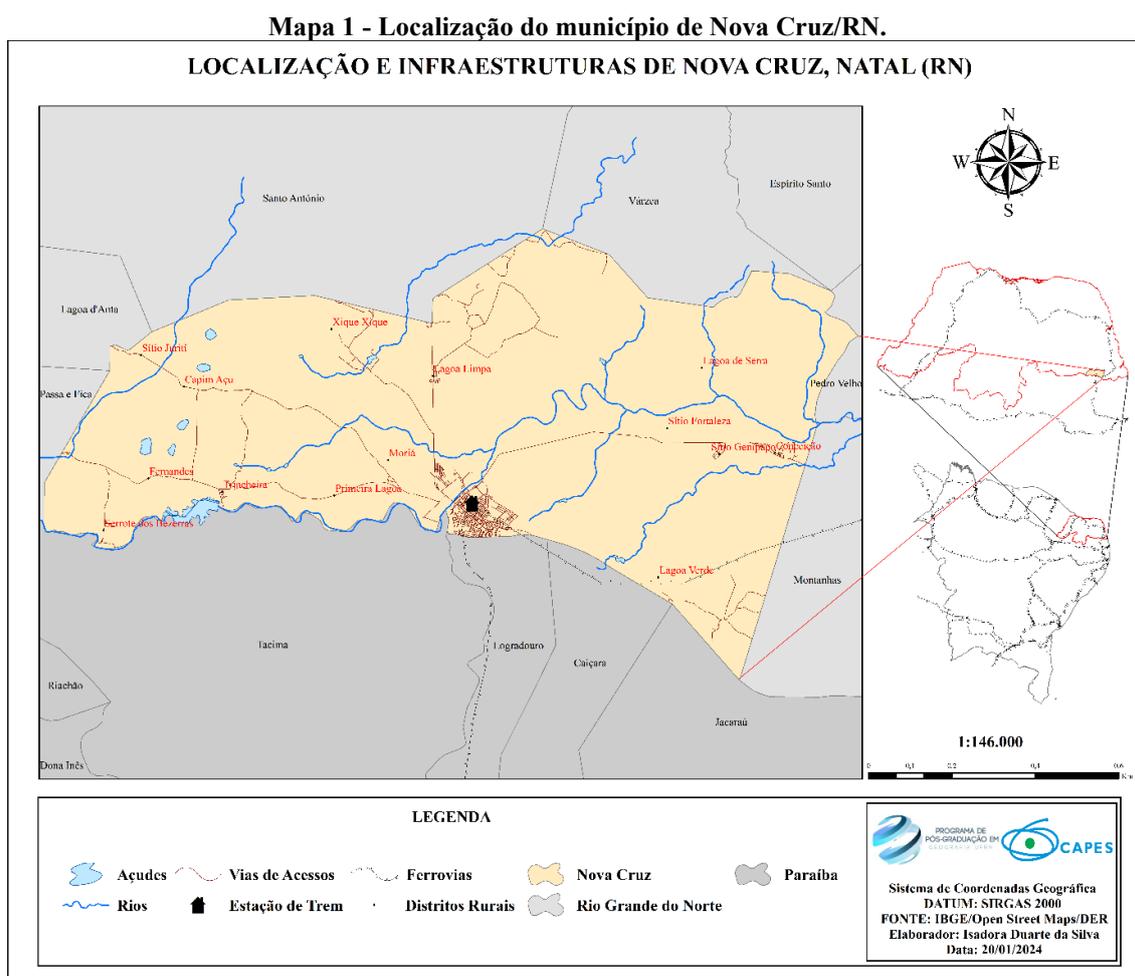
RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a progressão dos serviços oferecidos na cidade de Nova Cruz, dá década de 1950 aos dias atuais. A metodologia utilizada foi a revisão teórica e histórica referente a evolução dos serviços prestados no município de Nova Cruz-RN, bem como, visitas de campo, com o intuito de mapear os principais serviços da cidade, fotografar e observar a dinâmica urbana gerada por eles. Ademais, foram revisitadas e analisadas as metodologias da REGIC para compreender a centralidade de Nova Cruz. Os resultados mostraram, que o algodão foi a atividade econômica que deu visibilidade a cidade, porém, com seu declínio, o espaço foi utilizado por outros serviços: redes de supermercados, segmento varejista e atacado, universidades, institutos federais, instituto nacional do seguro social, diretoria regional de educação e cultura, bancos e outros. Conclui-se, que a ausência desses serviços e concentração dos mesmo em Nova Cruz, reforçam a sua importância na região.

Palavras-chave: Nova Cruz. Algodão. Serviços. Centralidade.

1 INTRODUÇÃO

O município de Nova Cruz está inserido na microrregião e mesorregião do Agreste Potiguar. Sua extensão territorial é de 277,658 km², limitando-se ao norte com os municípios de Santo Antônio, Várzea e Espírito Santo, ao sul, com Tacima, Logradouro, Caiçara e Jacaraú, localizados no estado da Paraíba, ao oeste, com Lagoa d'Anta e Passa-e-Fica, e a leste, com Montanhas e Pedro Velho como mostra o Mapa 1. A sede do município está cerca de 114 km da capital, sendo seu acesso, a partir de Natal, realizado pelas rodovias BR-226, RN-160 e RN-120 (BELTRÃO et al., 2005).



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A pecuária e a agricultura foram as atividades econômicas que estabelecem condições para formação do Nordeste, assim se estende a Nova Cruz, em constante, Andrade (1998, p.36), afirma que a região agreste embora tenha sido colonizada por criadores de gado, hoje a agricultura apresenta uma maior relevância. Em meados do século XX, o cultivo do algodão era a principal atividade econômica do município, ocupando lugar de destaque na produção, diante disso, Nova Cruz alcançou uma relativa expressividade econômica frente os municípios circunvizinhos, contribuindo para a conhecida “Rainha do Agreste” (AZEVEDO, 2005).

A produção do algodão e do óleo foram responsáveis por alavancar a economia de Nova Cruz até a década de 1970, possuindo 2 indústrias de beneficiamento de algodão, 1 fábrica de produção de óleo, 4 descaroçadores e 3 curtumes (AZEVEDO, 2005). Uma das últimas empresas a funcionar no município foi o Consorcio Algodoeiro de Nova Cruz LTDA, fundada em 1966 com a função de preparação e fiação de fibras de algodão.

Porém, com a crise algodoeira nos anos de 1970 provocada perante a praga do bicudo, Nova Cruz “reduz sua área de cultivo e perde as indústrias de beneficiamento de algodão que nela haviam se instalados” (LIMA, 2010, p. 100). Em consequência, houve a intensificação do êxodo rural, aumentando a população urbana, procura de empregos e serviços. Deste modo, Nova Cruz passa a desenvolver o comércio e serviços, tornando-se uma cidade com significativa influência para os municípios ao seu entorno.

Durante os anos 1950, Nova Cruz era caracterizada por uma economia essencialmente agrária, com serviços básicos e infraestrutura limitada. Com o passar dos anos, especialmente durante as décadas de 1970 e 1980, houve significativos investimentos em infraestrutura urbana, o que permitiu a expansão e diversificação dos serviços públicos e privados na cidade. Observou-se um notável crescimento no setor de serviços, impulsionado pelo desenvolvimento econômico e pela modernização da cidade.

A cidade de Nova Cruz tem experimentado diversas transformações ao longo das décadas, que impactaram diretamente na variedade dos serviços prestados à população. Dessa forma, o presente artigo, tem como objetivo analisar a formação urbana novacruzense e a progressão dos serviços oferecidos na cidade, desde a década de 1950 até os dias atuais.

Este estudo busca contribuir para a literatura existente ao oferecer uma visão detalhada e contextualizada das particularidades e dinâmicas de Nova Cruz, que está em constante evolução. Bem como, espera-se que os resultados desta pesquisa possam servir como referência para estudos futuros, contribuindo tanto para ciência quanto para o planejamento das políticas de desenvolvimento no recorte de pesquisa.

2 METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolveu a partir revisão bibliográfica se desenvolve a partir “do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” Severino (2013, p. 106), além de sítios eletrônicos, revistas e dissertações. Os levantamentos de dados secundários foram realizados em bases de dados eletrônicas do IBGE (IBGE cidades), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e análise das pesquisas desenvolvidas pelo IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) com finalidade de



caracterizar o objeto de estudo, assim como, compreender os indicadores numéricos das atividades terciárias.

Além disso, foram realizadas visitas in loco com o intuito de observar os equipamentos que caracterizam o terceiro setor. Essas visitas tiveram como objetivo compreender as dinâmicas de funcionamento, além de catalogar e fotografar os equipamentos para incluir essas informações no trabalho. A inclusão de dados tabelados e fotografias no trabalho visa fornecer uma representação visual e quantitativa das observações realizadas, facilitando a compreensão e interpretação dos resultados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A percepção sobre a cidade perpassa por diversas perspectivas teórico-metodológicas, sendo assim, não há um único caminho a ser percorrido, tão pouco há uma corrente de pensamento com a verdade absoluta. A cidade é um espaço complexo e dinâmico, que pode ser compreendido de diferentes maneiras. De acordo com Souza (2005, p. 25), a “cidade é um objeto muito complexo e, por isso mesmo, muito difícil de se definir”.

Entendemos a cidade como um produto da sociedade, que não é um mero aglomerado de pessoas e equipamentos, mas um espaço social, com uma lógica e dinâmica própria. Assim, trabalharemos esse conceito pautado principalmente nas concepções do filósofo Henri Lefebvre e da geógrafa Ana Fani. A cidade é vista “como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza” Carlos (2007, p. 20).

Inicialmente Lefebvre distingue a cidade do urbano. A cidade é o lugar físico, o espaço concreto, já o urbano é a forma social que se manifesta na cidade. A “(...) cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas (...)” Lefebvre (2007, p. 54). Assim, a cidade é um produto social, que remete as noções de aglomerações e sedentarismo, sendo a matriz do urbano, já o urbano é o processo do modo de produção, de organização do espaço, ou seja, o urbano é um modo de vida.

Para a análise espacial da cidade, Carlos (2007), evidencia que existe uma indissociabilidade entre o espaço e sociedade, visto que, as relações sociais concretizam-se em um território real e concreto, assim, a prática socioespacial é a maneira como a sociedade produz e reproduz o espaço. Para Carlos (2007), a cidade é um produto da sociedade capitalista, controlada pela lógica do valor de troca, sendo valorizada a partir da sua apropriação e mercantilização, no entanto, a cidade deveria ser destinada a realização da vida, ou seja, valor de uso.



A cidade é resultado da ação de certos “agentes” históricos e sociais, que segundo (LEFEBVRE, 2001), contribui para diferenciar a ação e o resultado, o grupo e seu produto. Lefebvre (2001) afirma que a cidade cidades sempre mantiveram relações intrínsecas com a sociedade, abrangendo sua composição, funcionamento e elementos constituintes, como o campo, a agricultura, os poderes político e militar, e os Estados, assim as cidades mudam conforme a sociedade se transforma. Porém, as mudanças urbanas não são passivas às transformações sociais globais, pois dependem também das relações diretas e imediatas entre pessoas e grupos que formam a sociedade. (LEFEBVRE, 2001).

Nesse ínterim, a cidade é entendida como um agente transformador da sociedade, que influência na sua organização espacial e funcionamento, sendo um agente ativo na produção dessas mudanças. Portanto, as transformações da cidade são resultado de uma complexa interação entre fatores globais e locais. Assim, Lefebvre acrescenta que:

a cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas conseqüências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profunda no modo de produção, nas relações “cidade-campo”, nas relações de classe e de propriedade (LEFEBVRE, 2001, p. 58).

As transformações nas cidades não é um fenômeno de uma única dimensão, estando ligado a vários aspectos sociais, econômicos e políticos. Assim, Carlos (2007) atenta que no mundo moderno, a cidade está articulada e indissociável em três planos: o econômico, político e social. No plano econômico a cidade é caracterizada como a produção do capital, sendo fundamental para geração de lucros e acumulação de riqueza; a dimensão política, a cidade é o espaço de dominação pelo Estado, sendo um órgão normatizado; e o social a cidade é considerada uma prática socioespacial, onde a vida social é vivenciada e reproduzida. Carlos (2007, p.21) enfatiza que “(...) esses três planos revelam dimensões, como aquelas de local e global; tendo como pano de fundo o processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana / espaço mundial.”

A cidade além de ser o espaço da coexistência da vida social, cultura e valores, ela também é um centro de gestão do território, como afirma Souza (2005). A cidade desempenha um papel importante e central na administração, na organização e no poder do espaço, sendo sede de diversas instituições públicas e privadas. Assim, Souza (2005) afirma que a cidade não atua apenas como centro de gestão do território devido à presença de empresas e sedes do poder religioso e político, mas também como um espaço onde são produzidos, comercializados e consumidos bens e onde se desenvolvem atividades laborais, desse modo, a cidade é um local de organização e interação social, pautada por interesses e valores diversos, formando grupos de afinidade.

As cidades se articulam entre si de diferentes formas, intensidades e funções, assim, não existem cidades isoladas uma das outras. “De maneira muitíssimo variável no que concerne ao tipo de

fluxo e, sobretudo, à intensidade dos fluxos, todas as cidades se acham ligadas entre si no interior de uma rede - no interior da rede urbana” Souza (2005, p.50). Assim, existe uma interconexão entre as cidades, formando uma rede urbana dinâmica e complexa.

A rede urbana é produto social construído ao longo da história por meio de diferentes processos, como a globalização, a colonização etc. Ela articula toda as cidades entre si, formando teias de interações permitindo a circulação de pessoas, bens, informações e serviços. Neste contexto, a rede urbana é “(...) um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução Corrêa (2001, p. 93).

Ao longo do tempo, a rede urbana perpassa por diversas modificações, ganhando novos significados e funcionamento. Assim, a rede urbana não se qualifica homogênea, havendo características divergentes em cada lugar, sendo resultado de suas características históricas, sociais e econômicas.

Para se configurar uma rede urbana, Corrêa (1994) ressalta que é necessário portar três etapas, sendo a primeira: ter uma economia de mercado, que produza ou comercialize objetos que não seja produzido localmente e/ou na região; segundo: possuir fixos no território que gerem fluxos para operação dos negócios; e terceiro: ter o mínimo de articulação entre as etapas citadas, possibilitando uma distinção entre os núcleos urbanos. Essa diferenciação é com base nas diversas características, interações e funções que os centros urbanos exercem na dinâmica regional, produzindo locais centrais e hierárquicos.

Corrêa (1994), assevera que essa distinção caracteriza a divisão territorial do trabalho:

a rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho. É um reflexo à medida que, em razão de vantagens locais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos (CORRÊA, 1994, p.48).

Logo, compreendemos que a rede urbana funciona como reflexo quanto condição para divisão territorial do trabalho. Está divisão se configura com a especialização produtiva de uma região, com base em suas vantagens locais. A rede urbana assim como reflexo, ela também estabelece uma interdependência entre os centros urbanos e as atividades econômicas, tanto em nível local ou global.

No processo de urbanização a rede urbana se concretiza a partir da produção, circulação e consumo, estando vinculada a regiões distantes instituindo uma economia mundial (CORRÊA, 1994).

A globalização intensifica a interconexão em nível global, possibilitando que cidades mesmo que pequenas, participem da cadeia produtiva e atraiam investimentos de empresas estrangeiras. Na percepção de Corrêa (2001), as grandes empresas “multifuncionais e multilocalizadas”, estabelecem importante atribuição na (re)definição das funções dos centros urbanos e veemência de integração,

provocando diferenciações entre os centros urbanos e as novas ações visando o acúmulo de capital. Assim, a rede urbana se configura como um reflexo dos resultados da acumulação dos diversos agentes sociais.

A lógica capitalista é impulsionada pela busca de localizações que potencialize seus lucros, com acesso a mercado consumidor, infraestruturas e mão de obra barata, tornando-se atrativa para novos investimentos empresariais. Deste modo, Corrêa (1994, p.49), certifica que nesta lógica, há “(...) a valorização de certas localizações em detrimento de outras (...) como conseqüência algumas cidades perdem importância, enquanto outras são valorizadas; criam-se novos centros urbanos”. Esses novos centros passam por reconfigurações significativas, respondendo as demandas do mercado global, em contrapartida, à descentralização de algumas cidades, com o enfraquecimento de suas atividades tradicionais.

Deste modo, a centralidade de uma cidade está inerentemente associada ao seu grau de importância e capacidade de oferecer bens e serviços para outros centros urbanos, criando uma área de influência, portanto, a centralidade de uma cidade, assume uma natureza principalmente econômica (CORRÊA, 1994), composta por suas atividades produtivas e comerciais. As cidades centrais oferecem um conjunto complexo e diversificado de serviços especializados em inúmeras áreas, acarretando uma hierarquia urbana e ao mesmo tempo novas interações. Está divisão e articulação, está associado ao desenvolvimento e estruturação “(...) de uma ampla rede urbana, abrangendo vários tipos de centros localizados em vários territórios (...)” Corrêa (1994, p.53).

Nesse âmbito, podemos entender a rede urbana, segundo Corrêa (2001, p. 93), como um “(...) conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros”. Porém, Souza (2005), salienta que a rede urbana não é “inocente”, ela não se configura uma estrutura apolítica, na realidade ela reflete os procedimentos de exploração econômica e exercício do poder.

4 A IMPORTÂNCIA DO ALGODÃO NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE E NOVA CRUZ: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Até meados da década de 1920, a integração do Rio Grande do Norte com o mercado nacional era limitada (CLEMENTINO, 1990). Esta restrição era fruto dos desafios de infraestruturas e transporte que dificultava o comércio e a conexão do RN com outras regiões, assim como, a dependência de atividades tradicionais, com pouca diversificação econômica. Assim, Azevedo (2013), conclui que a economia potiguar nesse período era principalmente rural, com destaque para as atividades de produção agrícola e pecuária na região, destacando a cana-de-açúcar na Zona da Mata e

parte do Agreste, a cotonicultura nas demais regiões, associada a culturas alimentares de subsistência como milho, feijão e mandioca.

Desde o período colonial, as atividades rurais dominavam a economia do RN, com destaque inicialmente para criação de gado e cana-de-açúcar, posteriormente a produção de algodão. A ocupação do território potiguar e o surgimento das primeiras cidades se consolidava a partir da criação do gado no sertão e o cultivo e exportação da cana-de-açúcar no litoral (CLEMENTINO, 1990). As fazendas de gados ou “currais” eram uma forma de organizar o espaço afim de povoar o sertão e ao mesmo tempo, ser “suporte à dinâmica da economia nordestina do açúcar” Clementino (1990, p.76).

Deste modo, a lógica era ocupar as terras consideradas devolutas, ou seja, sem propriedade formalmente reconhecida, com áreas de pastagens e grandes currais, com o intuito de fornecer carnes, bem como, seus derivados como couro, para o consumo nas cidades do litoral (MEDEIROS FILHO, 2001). Essas duas atividades citadas, estabeleciam uma relação de complementaridade na economia potiguar, na qual, geravam fluxos de recursos e pessoas entre as regiões do estado.

Para Clementino (1990) o gado foi a base do sistema urbano potiguar e seus antigos caminhos se tornaram as raízes das principais regiões do estado, como Litoral, Seridó e Oeste, as quais definiram as primeiras seleções entre os núcleos urbanos, formando um embrião da rede urbana do estado, que faz parte do sistema nordestino de cidades, desta forma:

As principais aldeias (elevadas a vilas em 1775), ao longo dos caminhos do gado definem suas áreas de influência. No litoral, excetuando a Cidade de Natal, é Goianinha com 6.661 habitantes que desponta como principal núcleo açucareiro. No Sertão, à Oeste, a localidade de São Francisco da Várzea (no Apodi) com 4.091 pessoas e no Seridó, a Vila do Príncipe (Caicó) com 3.147 (Clementino, 1990, p.77).

O caminho do gado possibilitou a conexão das fazendas de gado a outros centros urbanos, gerando uma integração e desenvolvimento nas regiões, assim, várias cidades se destacam nesse período. Clementino (1990) ressalta, que até o século XVIII, o RN contava com oito municípios, destes, Extremoz, Arês, São José e Vila Flor eram açucareiros e Porto Alegre, Açú e Caicó se destacam com a criação do gado, além do município do Natal. Assim gerou polos de desenvolvimento e cidades ao longo dos caminhos percorridos

Outra atividade econômica de destaque e de importância na produção do espaço norte-riograndense foi a produção algodoeira. Com a crise provocada pela Guerra de Secessão, houve o aumento dos preços do algodão, surgindo novos mercados, assim, o RN teve grande destaque na produção do algodão superando a indústria canavieira, que sofria com os atrasos tecnológicos (GALVÃO, 2012). A expansão da cotonicultura do período “*cotton hunger*” promoveu o rápido crescimento de algumas áreas rurais, como Caicó, Apodi, Açú, Martins e Mossoró (CLEMENTINO, 1990).

A produção do algodão também foi responsável por promover um maior fluxo de população, elevando a demanda de alimentos, “(...) sendo, porém, uma cultura que permitia outras intercalares, como o feijão e o milho, o milho e a fava e até a mandioca, tornou essas áreas produtoras também de culturas de mantimentos” Andrade (2017, p. 109). Ademais, contribuiu para a construção de ferrovias pelo estado, permitindo a integração da capital com as cidades e com outros estados, reduzindo seu isolamento.

Desta forma, a industrialização do algodão foi um dos motores responsáveis pelo avanço da urbanização do RN, bem como, outras atividades, como mineração, comércio e o setor de serviços (AZEVEDO, 2013). A atividade minerada se destaca na região do Seridó, com foco na extração da scheelita, sendo Caíco o maior produtor do minério no estado. Outra produção importante para formação da rede urbana potiguar é a exploração do sal, que “data dos primórdios da ocupação portuguesa” Tavares (2020, p.67) se destacando nos municípios de Macau e Areia Branca no litoral norte do estado.

A economia do algodão viabilizou a construção da primeira estrada de ferro do RN. Segundo o site oficial da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), relata que a construção da ferrovia foi autorizada em 1873, porém, sua construção iniciou apenas em 1878 (BRASIL, 2015). O trem urbano tinha como finalidade para o transporte de carga e meio de locomoção das comunidades vizinhas, trazendo transições ao modo de vida provinciano potiguar (BRASIL, 2015).

Assim, após os anos de 1880, foi construído e inaugurado a ferrovia que ligava Natal a então vila de Nova Cruz, com o objetivo de interligar por uma rota mais rápida a cidade a regiões produtoras de açúcar, do estado da Paraíba e Pernambuco, assim como, para o escoamento do algodão (MEDEIROS, 2017). Em 1901, o trecho que interligava Natal/Nova Cruz foi arrendada pela empresa inglesa *The Great Western of Brazil Railway Company*, a ferrovia conectava os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, a cidade de Nova Cruz à cidade de Brum, em Pernambuco, desenvolvendo o comércio e as indústrias locais da época (BRASIL, 2015).

A linha ferroviária e a produção do algodão ofereciam ao município desenvolvimento e visibilidade frente aos municípios vizinhos, atraindo um fluxo considerável de comerciantes, fazendeiros e viajantes. As pessoas buscavam na cidade de Nova Cruz novos serviços, bens, infraestruturas e empregos que não eram atendidas nas suas próprias cidades, dinamizando a economia local, deste modo, torna-se uma cidade importante na região Agreste Potiguar.

Porém, com a crise algodoeira nos anos de 1970 provocada perante a praga do bicudo, Nova Cruz “reduz sua área de cultivo e perde as indústrias de beneficiamento de algodão que nela haviam se instalados” Lima (2010, p. 100). Em consequência, o “(...) trem de passageiro parou de circular em 1977 e o cargueiro no final dos anos 1990 (...)” Azevedo (2005, p. 156), impactando negativamente a economia da região, o transporte das mercadorias e pessoas.

Nova Cruz perpassa por transformações na sua centralidade de acordo com os documentos da REGIC, havendo seu ápice em 1966, como mostra a tabela 1, sendo classificado como Centro sub-regional, “os centros de nível 3 ou centros sub-regionais subordinam-se aos centros de nível 2 (centros regionais) ou se vinculam diretamente às metrópoles” (REGIC, 1972, p. 16). São cidades caracterizadas com atividades menos complexas e com áreas de influência menores que as capitais regionais.

Tabela 1 - Centralidade do município de Nova Cruz, entre 1966-2018

Ano	Níveis	Denominação
1966	3B	Centros sub-regionais
1978	4B	Centro de Zona
1993	2	Fraco
2007	5	Centro Local
2018	5	Centro Local

Fonte: IBGE (1972, 1987, 2000, 2008 e 2018).

Com base nas análises das metodologias dos cinco documentos da REGIC, observa-se uma redução na centralidade exercida por Nova Cruz na rede urbana estadual a partir da REGIC de 1978. Isso se deve à diminuição da importância da variável dos fluxos agrícolas, que anteriormente tinham uma presença marcante no município e impulsionavam sua relevância na Região Agreste. Ademais, o declínio da produção do algodão e a extinção da linha férrea resultou na diminuição das conexões de Nova Cruz com outras cidades e estados, reduzindo o número de fluxos de pessoas e mercadorias no município.

Para Tavares (2019), o território novacruzense não foi usado por novos circuitos produtivos, diminuindo significativamente seu papel na rede urbana. Porém, apesar da redução de influência na REGIC, Nova Cruz desfruta de vários instrumentos que permite interações com outros municípios, Tavares (2019), ressalta que a permanência e a instalação de novos equipamentos urbanos na cidade mantêm sua importância na rede urbana estadual, especialmente em termos de centralidade em escala local e regional.

Desta forma, a presença dos equipamentos e da inserção de novos, possibilitam conexões e interações com outras cidades da região, mesmo sendo caracterizado pela REGIC de 2018 como um Centro Local, ou seja, uma cidade que não possui “nenhuma outra Cidade se vinculando a essas como ligação principal”, conforme a REGIC (p. 77, 2018). Os Centros Locais são cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair fluxo de pessoas para temas específicos como serviços nos setores da educação, saúde e bancos, respondendo às demandas das cidades vizinhas e do estado da Paraíba.

5 UM PANORAMA ATUAL DOS SERVIÇOS EM NOVA CRUZ

A diversidade de serviços terciários indica Nova Cruz sendo centro de referência intraurbano quanto em nível inter-regional. Conforme Coutinho (2020), a centralização de determinadas funções urbanas é influenciada pela seletividade espacial, na qual é determinada por fatores locacionais, dimensão do mercado, oferta de produtos e atendimento a outras necessidades, resultando na concentração do comércio e dos serviços em locais de maior potencial de consumo. Portanto, a articulação entre cidades e a variação na demanda desempenham um papel crucial na definição das áreas que se destacam como centros comerciais e de serviços.

A cidade de Nova Cruz dispõe de três agências bancárias, sendo elas a agência da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco, como mostra a Figura 1, além dos correspondentes bancários e dois bancos 24 horas e no período da produção do algodão existia a agência do Itaú. A presença de bancos em cidade pequenas contribui para o desenvolvimento local, atraindo novas atividades, assim como, fluxos de pessoas.

Figura 1 - Agências bancárias em Nova Cruz



Org. Autor (2024)

A inexistência de agências bancárias em cidades interioranas se dá em grande medida pela falta de contingente populacional e a baixa dinâmica econômica do lugar. Assim, no âmbito nacional, Dias (2017) enfatiza que a distribuição das agências bancárias se dá nas maiores regiões do país, afirmando que a partir da segunda metade dos anos 1980, os bancos passaram a planejar e realizar movimentos estratégicos, com o objetivo de manter posições favoráveis para futuras ações. Além disso, o autor enfatiza que esses movimentos foram impulsionados por condicionantes externos e internos que

alteraram a trajetória do sistema bancário, havendo a retração das agências bancárias no interior das macrorregiões e, ao mesmo tempo, pela expansão nas maiores regiões do país.

A concentração bancária nas maiores regiões é fruto de uma reestruturação estratégica que garantisse a sobrevivência, o lucro e o crescimento dos bancos. Mesmo com esse movimento, as cidades pequenas recebem agências bancárias, como Contel (2011) afirma, são de fundamental importância para os municípios pequenos, pois são fixos geográficos que dinamiza a vida local e geram novos serviços. Nessa perspectiva, Tavares (2017) alega:

apesar de ainda ser bastante concentrada, a localização das agências bancárias no Rio Grande do Norte, em 2015, não se restringe mais às cidades intermediárias, como em períodos anteriores. Cidades de diversos níveis de centralidade urbana contam com esses fixos bancários, até mesmo centros locais. Contudo, é notório que, para além daquelas que são consideradas centros de gestão do território, as agências se localizam em cidades locais que identificamos como apresentando maior dinâmica urbana, seja por abrigarem importantes circuitos espaciais produtivos para a economia estadual ou por serem centros urbanos que, no último estudo do IBGE, foram considerados como centros locais, mas que nos estudos precedentes exerciam algum nível de centralidade (TAVARES, 2017, p.124).

Assim, o serviço bancário se expande no contexto da sua reestruturação produtiva criando novas hierarquias na rede estadual, assim como, sua instalação ocorre em cidade que já apresentava uma certa centralidade na rede urbana do estado (TAVARES, 2017).

Em função dos diversos assaltos as agências no Rio Grande do Norte, as cidades que possui serviços bancários adquire considerável atração populacional. Em consoante (SILVA, 2021), relata que o sistema bancário do Estado do RN passou por uma reorganização frente a problemática, diminuindo o quantitativo de agências e expansão considerável dos correspondentes bancários, com oferecimento de serviços mais simples.

No âmbito da saúde, o município conta com clínicas odontológicas, ginecológicas, oftalmológicas, policlínicas etc. A precarização do serviço público de saúde no Brasil, emerge a necessidade da utilização do serviço particulares, buscando qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde. Outro fator que fortalece o setor privado, é a grande demanda da rede pública, encontrando-se frequentemente superlotado.

Os estabelecimentos que recebem maior contingente de pessoas de outros municípios são as clínicas e laboratórios que funcionam com atendimento médico e realização de exames laboratoriais. As instituições que se destacam são o Laboratório e Clínica São Sebastião, Clínica Fêmeine, Clínica Vicente Abreu, Clínica Florence e Clínica Médica Maria Vitória com laboratório da DNA Center, respondendo a necessidade e a demanda dos serviços de saúde do município, assim como, dos municípios vizinhos.

A cidade conta com uma vasta quantidade de estabelecimentos ligado ao segmento varejista e atacado, além de lojas franqueadas como a Americanas, Pague Menos, Drogarias FarMelhor, Br-moto Honda, Ótica Martins, Loucos por Coxinha etc. Os estabelecimentos oferecem uma variedade de

serviços, como lojas de roupas, calçados, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis, óticas, perfumaria, papelaria, brinquedos e gráficas. O setor supermercadista e atacadista uns dos que mais se destacam, oferecendo variedade e atratividade para consumidores de áreas circunvizinhas, como os estabelecimentos Rede Mais, Rede Supercop e Curimataú.

Essas redes de supermercado inovaram em estrutura física, com amplo ambiente físico, além de possuírem panificadora e café. O Rede Mais e Rede Supercop dispõe de bancos 24 horas, funcionando das 7h às 20h. Além de gerarem fluxo adicional e maior dinâmica econômica, essas empresas trouxeram juntos maior quantidade de trabalho formais. A instalação de redes de supermercados é um indicativo sobre o papel do município no papel da rede urbana estadual.

Nova Cruz também se destaca com a prestação de serviços governamentais, Figura 2, com atendimento ao público para resolução de diversos temas. Disponibiliza de Fórum Municipal, para processos civis e funções administrativas; Central do Cidadão, sendo a única da região Geográfica Imediata de Santo Antônio-Passa e Fica-Nova Cruz. A central do cidadão funciona com os serviços do Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP) com a emissão de carteira de identidade e como o órgão do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), com realização de exames médicos, Emissão e Renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), registro de veículos etc.

Dispomos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), no RN totalizamos 8 unidades espalhadas nas regiões do estado, ofertando cursos, eventos e capacitação para empresários. Ademais, usufruímos das agências Previdência Social e do Ministério do Trabalho (Figura 2).

Figura 2 - Central do Cidadão, Fórum, Fórum Eleitoral e Previdência Social em Nova Cruz

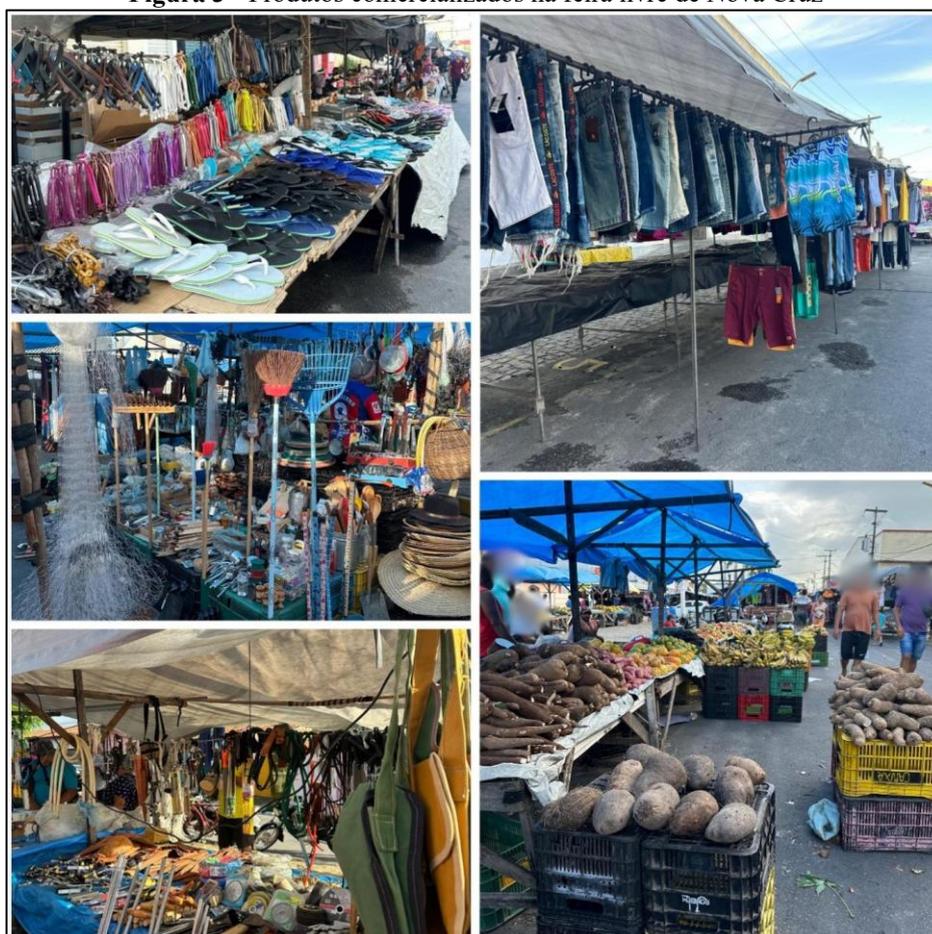


Org. Autor (2024)

O uso dos serviços supracitados é intensificado nas segundas-feiras e quintas-feiras, em razão da feira livre do município. A feira livre de Nova Cruz foi fundada no século XIX e representa umas das maiores da Região Agreste, fornecendo diversos produtos como roupas, calçados, carnes, verduras, equipamentos domésticos, instrumentos agrícolas, entre outros (Figura 3). Coutinho (2010) enfatiza que a feira livre atende os fregueses do município, assim como, consumidores e feirantes das cidades de Montanhas, Passa e Fica, Santo Antônio, Canguaretama, Lagoa D'Anta, Pedro Velho, Goianinha, Brejinho e Monte Alegre, como também, das cidades de Jacaraú e Logradouro no Estado da Paraíba.

A feira livre se configura como um espaço comercial, que desempenha um papel importante na geração de empregos informais, representando oportunidades de sobrevivência econômica de diversas famílias, especialmente as que não se inserem nas atividades tipicamente urbanas. Por fim, a feira se caracteriza como um vetor de desenvolvimento local e integração regional.

Figura 3 - Produtos comercializados na feira livre de Nova Cruz



Org. Autor (2024)

No âmbito da educação, o RN disponibiliza 16 Diretoria Regional de Educação (DIRED) por todo o estado, é um órgão da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC) que atua na gestão da educação pública estadual, sendo responsável por coordenar as atividades educativas em suas

respectivas cidades. Nova Cruz conta com a 3ª DIREC, sendo dirigente da supervisão e orientação das cidades da região Imediata de Santo Antônio-Passa e Fica-Nova Cruz.

A rede das DIREC tem sedes em centros urbanos considerados como locais, “essa situação rompe a hierarquia rígida, dado que a gestão regional da educação estadual também se concentrará em cidades que não exercem a mesma centralidade dos centros de gestão do território” Tavares (2019, p. 159). Porém, se destacam com a centralidade exercida e fluxos decorrentes desse serviço.

Os serviços educacionais vêm sendo ampliados e consolidados, atribuindo novos fluxos à cidade de Nova Cruz. De acordo com os dados do INEP (2024), o município dispõe de 53 escolas ativas que oferecem educação básica (Ensino Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais e Ensino Médio). As escolas do Ensino Médio da rede federal e privada, desempenham um papel importante no fluxo de estudantes de outros municípios, contribuindo para maior articulação com as cidades da região.

A rede privada é composta por 3 instituição, Colégio Nossa Senhora do Carmo (CNSC), Escola Modelo que ofertam do Ensino Infantil ao Ensino Médio e EPOC - Educação por Princípios com o Ensino infantil e Fundamental anos iniciais. A busca por um ensino de qualidade é um fator de atração para os estudantes, visto que, no seu lugar de origem em grande medida não é ofertado o ensino privado, em especial o Ensino Médio.

O Ensino Superior é marcado pela instalação do Núcleo Avançado de Educação Superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que oferta os cursos na modalidade EAD. Além de faculdades particulares, como a UNOPAR, Faculdade Três Marias, Estácio e Uniasselvi oferecendo cursos de graduação e especialização.

O Ensino Técnico Integrado do IFRN é destaque na região, visto que, é uma excelente oportunidade para obter uma formação de qualidade e técnica de forma gratuita. O IFRN disponibiliza além do curso técnico integrado, as modalidades de curso subsequente e graduação. Os cursos são da área de administração, informática, química e tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas. O IFRN atrai estudantes e servidores dos municípios circunvizinhos e até de outras mesorregiões, gerando um fluxo diário ou não diário, criando uma centralidade na perspectiva da educação (TAVARES, 2019). Outros serviços educacionais que se destacam são os cursos técnico e profissionalizante, ofertada na rede privada.

A partir das instalações dos fixos educacionais, geram um movimento considerável de estudantes entre na cidade de Nova Cruz. Assim, os elementos fixos proporcionam ações que modificam os lugares, criando e recriando condições ambientais e sociais que reconduzem cada lugar. Assim, o fluxo de pessoas diariamente na cidade contribui para o acesso a diversos serviços, como pode apresentar novas funcionalidade na rede urbana, contribuindo para interações entre as cidades em função das diversas funções ofertadas no município.



6 CONCLUSÃO

Frente ao seu processo histórico e importância econômica para a Região Agreste, especialmente até meados do século XX, em virtude da atividade algodoeira, Nova Cruz se caracteriza como uma área com concentração de infraestruturas e população. Embora Nova Cruz tenha perdido sua influência com o declínio do cultivo de algodão, a cidade se reinventou por meio de outras atividades que lhe conferiram importância na região Agreste Potiguar.

O setor de serviços, especialmente no comércio, educação e serviços públicos, tornou-se um dos pilares da economia local. Essas atividades atraem diversas pessoas para a cidade e geram vários fluxos econômicos e sociais, bem como, geram uma dinâmica urbano-regional referente as inter-relações que ocorrem entre as áreas urbanas e as cidades adjacentes. Assim, a ausência desses serviços e concentração dos mesmo em Nova Cruz, reforçam a centralidade do município na região.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade de participar do mestrado como aluna bolsista e fomentar a minha formação.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. A produção do espaço norte-rio-grandense. *Revista GeoInterações*, Assú, v. 1, n. 2, p. 101-123, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/1087/1000>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 2. ed. Recife: Universitária, 1998.

AZEVEDO, K. I. B. S. *Entre a anta e a cruz: história e memória da cidade de Nova Cruz*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

AZEVEDO, F. F. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 113-132, set. 2013.

BRASIL. Companhia Brasileira de Trens Urbanos. *História da Ferrovia no RN*. 2015. Disponível em: <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/natal/39-mapas/4079-historia-da-ferrovia-no-rn>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BELTRÃO, B. A. et al. (org.). *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Rio Grande do Norte: relatório diagnóstico do município de Nova Cruz*. Recife: CPRM, 2005.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CONTEL, F. B. *Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2011.

CORRÊA, R. L. *Espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1994.

CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COUTINHO, S. A. *Nova Cruz: sua dinâmica e as relações com as cidades de Montanhas e Lagoa d'Anta - RN*. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CLEMENTINO, M. L. M. *Complexidade de uma urbanização periférica*. 1990. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

DIAS, L. C. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 384-396, ago. 2017.

GALVÃO, M. L. M. *A cidade de Acari / RN: do apogeu ao anonimato*. *Holos*, Natal, v. 6, p. 88-97, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Região de Influência das Cidades (REGIC)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Região de Influência das Cidades (REGIC)*: 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Região de Influência das Cidades (REGIC): 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Região de Influência das Cidades (REGIC): 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INEP. Catálogo de escolas. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas&Page=Lista%20das%20Escolas&P1=dashboard&Action=Navigate&ViewState=unv6bagct02h85jghegrotcs9u&P16=NavRuleDefault&NavFromViewID=d%3Adashboard~p%3Asfl156n9k0qs70741. Acesso em: 29 jun. 2024.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Tradução de Ana Maria S. Coelho, Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2007.

LIMA, B. L. P. De baixo pra cima: implicações socioespaciais da transferência da feira livre na (re)produção do espaço urbano de Nova Cruz-RN. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

MEDEIROS FILHO, O. Notas para a história do Rio Grande do Norte. João Pessoa: Unipê, 2001.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, M. J. L. ABC do desenvolvimento urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TAVARES, E. S. B. Rede urbana e redes de serviços bancários, postais e educacionais do Rio Grande do Norte: coexistências de hierarquias. *Confins*, Paris, n. 32, 2017.

TAVARES, E. S. B. Usos do território e rede urbana potiguar. Natal: IFRN, 2020.